

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****6ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007855-72.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Beatriz Kerolen Ferreira Leite**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva****Vistos.**

-

OMNI S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO ajuizou ação de **BUSCA E APREENSÃO** contra **BEATRIZ KEROLEN FERREIRA LEITE**, alegando, em síntese, ter firmado com a requerida contrato de Cédula de Crédito Bancário com cláusula de alienação fiduciária em garantia, de que foi objeto o bem descrito na petição inicial, no valor de R\$ 4.300,00, a ser resgatado em 36 parcelas. Entretanto, a requerida não cumpriu o acordo, ensejando uma dívida de R\$ 6.280,79, restando caracterizada a mora. Pleiteia a concessão de liminar para busca e apreensão do bem e a procedência da ação, com a consolidação da propriedade em suas mãos e a condenação da devedora ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

Deferida a medida liminar, e efetivada a busca e apreensão do veículo (págs. 33/34 e 45), foi a requerida citada, não apresentando defesa.

É o relatório. DECIDO.

O pedido inicial deve ser julgado procedente. A requerida foi regularmente citada e não se insurgiu contra o pedido. Tal comportamento autoriza a aplicação dos efeitos da revelia, haja vista tratar-se de ação de cunho meramente patrimonial. Assim, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, com as consequências que lhes são próprias. Acrescente-se, ainda, que a prova documental apresentada é apta a confirmar as alegações iniciais da autora.

Isso posto **JULGO PROCEDENTE** esta ação de **BUSCA E APREENSÃO** ajuizada por **OMNI S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** contra **BEATRIZ KEROLEN FERREIRA LEITE**, acolhendo o pedido inicial, tornando definitiva a liminar concedida às págs. 33/34, consolidando em favor da autora os direitos inerentes ao domínio e posse plenos do bem objeto do contrato. Dou por extinto o processo, com resolução do mérito (art. 487, I, do Código de Processo Civil). Autorizada venda do veículo, com observância do disposto no artigo 2º do Decreto-lei 911/69. Sucumbente, responderá a acionada por eventuais custas processuais em aberto, pelo reembolso das custas despendidas pela autora e pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa. Prejudicado o pedido de desbloqueio do veículo, tendo em vista que tal medida não foi efetivada pelo juízo.

P.R.I.

Araraquara, 12 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**